

Debates em Moura/Barrancos

Resumo da terceira reunião

No dia 31 de Janeiro de 2008 decorreu em Moura a terceira reunião organizada pelo Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-ISCTE), em parceria com a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), no âmbito do projecto LIFE ‘Recuperação do habitat do lince-ibérico no Sítio Moura/Barrancos’ (LIFE06 NAT/P/000191).

Esta iniciativa insere-se nas acções de sensibilização e participação do público previstas neste projecto, e tem como objectivo conhecer a perspectiva de diferentes pessoas e grupos da região de Moura/Barrancos acerca das potencialidades e dos problemas concretos da zona. Pretende-se também contribuir para reunir informação relevante para a elaboração de planos de gestão das áreas rurais incluídas no Sítio Natura 2000 Moura/Barrancos.

Participaram nesta reunião sete residentes no concelho de Moura, com diferentes áreas de actuação profissional (banca, farmácia, design, imobiliária, ensino e formação profissional) e que não possuíam propriedades nesta região. Apresenta-se em seguida uma síntese das principais ideias expressas pelos participantes relativamente ao futuro da região e à gestão das áreas Natura 2000. O resultado deste encontro é aqui sintetizado, procurando dar relevo às diferentes perspectivas a que os participantes deram voz.

Resumo da reunião

O Contexto Actual

Em geral a zona de Moura/Barrancos é caracterizada como tendo mudado pouco nos últimos anos, acompanhando ainda que a um ritmo mais lento as tendências globais de desenvolvimento do país.

Os participantes salientaram alguns factores de preocupação, associados a considerarem ter havido uma certa degradação desta zona nos últimos anos. Várias infra-estruturas foram desaparecendo ao longo da última década (hospital, caminhos de ferro), os acessos não foram melhorados e existem poucas alternativas culturais e de lazer. Outro factor de preocupação diz respeito à pouca oferta de emprego no concelho, que tem contribuído para que os recursos humanos, particularmente os mais qualificados, procurem alternativas fora desta zona, agravando o cenário de despovoamento e envelhecimento já existente.

A barragem do Alqueva foi apresentada como ‘a solução de todos os problemas’ que se tornou ‘uma esperança adiada’. Os participantes consideram que o empreendimento trouxe alguma dinâmica ao concelho durante a fase de construção, mas que actualmente este não tem uma influência significativa na actividade económica do concelho.

Por outro lado, foi argumentado que o facto de não ter havido uma evolução rápida permitiu que se mantivesse algum património arquitectónico característico desta zona. Na última década isso tem vindo a modificar-se, registando-se um maior investimento na área imobiliária, que tem sido feito sem aproveitar o que existia de bom.

Foi referido ainda que algumas das mudanças ocorridas no concelho pautaram-se apenas por retirar ou deslocar infra-estruturas (por exemplo, zonas de divertimento nocturno), sem no entanto haver uma clara avaliação estratégica da situação para procurar melhores soluções e ofertas alternativas.

A Conservação da Natureza e a Rede Natura 2000

No seu conjunto, as intervenções dos participantes organizaram-se de modo a valorizar bastante a riqueza do património natural. A actual gestão do património é, contudo, vista como deficitária, sendo atribuída nomeadamente ao ‘impasse entre os serviços da direcção das florestas e a autarquia’. Tal conduz ao sub-aproveitamento e ao relativo abandono dos recursos naturais locais, como é o caso da Herdade da Contenda.

Por outro lado, alguns participantes manifestaram não compreender porque é que aquela zona deve ser protegida através da classificação Natura 2000 e das leis que regem estes espaços protegidos, argumentando que a natureza naquela região não está ameaçada. Consideram que as ameaças ao ambiente situam-se nos grandes centros urbanos e industriais, pelo que a política ambiental deverá estar centrada sobre estes e não sobre uma região com poucas fontes poluentes (‘não há carros, não há indústrias’). A imposição da Rede Natura a uma grande extensão do concelho traz, na sua perspectiva, poucas vantagens e acarreta sobretudo limitações e restrições ao desenvolvimento económico de uma zona no qual este é já estruturalmente difícil.

Em termos de política ambiental, vários participantes consideram que a intervenção do Estado naquela região deve centrar-se na separação dos resíduos sólidos urbanos, na redução da lixiviação dos aquíferos e no tratamento de águas residuais. A fiscalização sobre as medidas que são definidas deverá ser igualmente uma área prioritária, sendo considerada insuficiente, o que resulta na degradação e destruição do património. Foi também destacada a necessidade de apostar na educação ambiental no ensino escolar.

A Relação entre a Economia Local e a Conservação da Natureza

A zona é descrita como tendo pouco desenvolvimento económico e um tecido empresarial inexpressivo. Os participantes consideram que não tem existido uma política global de desenvolvimento, faltando um maior investimento por parte do Estado nas zonas do interior. Como consequência, a capacidade de actuação do poder local na atracção de investidores fica bastante condicionada. A nível local, o excesso de burocracia e a falta de recursos humanos (qualificados e não qualificados) são identificados como factores de bloqueio ao investimento na zona, embora considerem haver vontade por parte de alguns investidores em fazê-lo.

As opiniões relativamente ao futuro da economia local organizam-se em torno de duas perspectivas. Alguns participantes consideram que é possível encontrar soluções lucrativas associadas ao usufruto dos recursos naturais locais, nomeadamente através de um turismo que respeite as características arquitectónicas e paisagísticas específicas daquela região.

Para outros, deve-se evitar investir apenas em prestação de serviços, uma vez que outras regiões do país já se especializaram na vertente turística. E dado o sector agrícola ter sido substancialmente reduzido devido a imposições da Comissão Europeia, a indústria é referida por vários participantes como a melhor solução. Por isso, a implementação de uma fábrica de painéis solares no concelho, vista como a grande fonte de empregos no período pós-construção do Alqueva, é bem-vinda.

Participação Pública e Desenvolvimento Local

De maneira geral, os participantes expressaram a opinião de que as decisões acerca do que se passa nesta região do país estão muito centralizadas e não respondem às necessidades locais.

O CIS agradece uma vez mais aos participantes nesta iniciativa a sua disponibilidade e contributo pessoal. Agradecemos também a cedência de instalações por parte da Escola Profissional de Moura - COMOIPREL.

A equipa do CIS: Carla Mouro (Coordenação), Paula Castro (Coordenação científica) e Rita Gouveia